



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 95

QUINTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 156ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1976

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO ATHIÉ COURY** — Falecimento do Sr. João de Moraes Chaves.

**DEPUTADO NOSSER ALMEIDA** — Medida adotada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, com referência à venda de passagens de ônibus interestaduais.

**DEPUTADO JOÃO MENEZES** — Entrevista concedida pelo Senador Jarbas Passarinho ao jornal "O Liberal", na qual se refere ao processo de cassações, sobretudo no plano que diz respeito às que se verificaram no Estado do Pará.

**DEPUTADO VASCO AMARO** — Visita do Presidente Geisel ao Estado do Rio Grande do Sul.

**DEPUTADO FERNANDO COELHO** — Considerações sobre o projeto de lei que dispõe sobre a nova disciplina das sociedades anônimas.

**DEPUTADO AURELIO CAMPOS** — O estado de abandono em que se encontram algumas das principais estradas de rodagem do Estado de São Paulo.

**DEPUTADO DASO COIMBRA** — Transcurso do aniversário do início dos trabalhos da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

##### 1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 65, de 1976-CN (nº 234/76, na origem), encaminhando à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 11, de 1976-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977.

##### 1.3.2 — Fixação de calendário para tramitação da matéria

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 157ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1976

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO NOSSER ALMEIDA** — Política desenvolvida pelo Sr. Mauricio Schulmann à frente do BNH.

**DEPUTADO ATHIÉ COURY** — Apelo em favor da criação da Comarca de Peruíbe, na Baixada Santista.

**DEPUTADO FERNANDO COELHO** — Memorial encaminhado ao Diretor-Geral do DASP pelos Técnicos em Contabilidade, lotados em órgãos públicos, no Estado de Pernambuco, a propósito da classificação estabelecida para a classe pelo Decreto-Lei nº 1.445, de 1976.

**DEPUTADO DASO COIMBRA** — Cobertura jornalística, realizada pela revista "Manchete", sob o título "Adeus a JK".

**DEPUTADO JOSE HADDAD** — Problemas ligados à Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério da Saúde.

**DEPUTADO NINA RIBEIRO** — Data Nacional da Líbia.

**DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS** — Carta recebida da cidade de Formoso-GO, que aborda deficiências do serviço de transporte que liga aquela cidade a outras da região.

**DEPUTADO ALOÍSIO SANTOS** — Realização, em Vitória-ES, do Seminário Marketing em Televisão.

**DEPUTADO JOAQUIM BEVILACQUA** — Escolha do Prof. Nelson Gomes Teixeira como o Economista do Ano.

##### 2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 48/76, que aprova o texto do Decreto-Lei nº 1.473, de 13 de julho de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Aprovado, à promulgação.

##### 2.4 — ENCERRAMENTO

#### 3 — SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

— Relatório correspondente ao mês de agosto de 1976

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal
ARNALDO GOMES
Diretor Executivo
PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo
ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

## Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 100,00
Ano .....	Cr\$ 200,00

## Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 200,00
Ano .....	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem - 3 500 exemplares

## ATA DA 156ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1976

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

## PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:  
 Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jair Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Querçia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

## E OS SRS. DEPUTADOS:

## Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

## Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

## Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

## Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Têmistocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

## Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

## Ceará

Antônio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

## Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

## Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

## Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho —

ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB.

#### Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

#### Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

#### Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Fereira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

#### Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

#### Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA;

Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airtón Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egry — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Júnior — ARENA; Guagu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

#### Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

#### Mato Grosso

Antônio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

#### Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kissuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio

Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

## Amapá

Antônio Pontes — MDB.

## Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

## Roraima

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 356 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Athiê Coury.

**O SR. ATHIÊ COURY** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, perdeu Santos, perdeu São Paulo, perdeu o Brasil um esclarecido cidadão que viveu mais para as entidades de classe que presidiu, do que para si próprio.

Estamos falando do Presidente João de Moraes Chaves.

A 17 de outubro próximo vindouro esse estimadíssimo santista, filho do Virgílio Alves Chaves e Maria da Conceição, completaria 56 anos.

Sócio fundador e benemérito do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, sob o nº 45, foi seu Presidente durante estirados dezesseis anos completos, de 18 de fevereiro de 1947 a 17 de fevereiro de 1963.

Esse Sindicato é o órgão representativo dos Trabalhadores em Serviços de Energia Elétrica, Gás, Água e Esgotos da Baixada Santista, e do Vale da Ribeira.

Ativo e diligente empregado da antiga Cia. City — hoje Light — ali se aposentou após 30 anos de trabalho.

Das entidades de classe que João de Moraes Chaves assistia e estimulava, Sr. Presidente, não sabemos de qual não haja sido dirigente.

Foi Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro; fundador e Diretor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo; fundador da Colônia de Férias Ministro João Cleofas, localizada em Caraguatatuba, que pertence aos Sindicatos do Grupo Light de São Paulo.

1º Secretário da Legião Brasileira dos Inativos — Núcleo Regional “Eloy Chaves” — Casa do Aposentado, em Santos, em 1968, no ano seguinte foi eleito seu Presidente, e reeleito em todos os pleitos para o mesmo cargo, em cujo exercício foi surpreendê-lo a última convocação para missão da qual não tornará ao convívio afável de seus amigos, e da família enlutada.

No ano passado, elegeram-no Vice-Presidente do Núcleo Nacional da Legião Brasileira dos Inativos.

Em setembro de 1975 participou — com a atividade e o brilho costumeiros — do 1º Congresso de Aposentados e Pensionistas do Brasil.

Em junho do ano em curso promoveu, organizou a presidiu o 2º Congresso dos Aposentados e Pensionistas do Brasil — levado a elei-

to em Santos — havendo realizado remarcante trabalho em prol da classe dos desativados.

Na qualidade de Presidente dessa Legião, Sr. Presidente, João de Moraes Chaves teve ensejo de viajar para o Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Brasília, mantendo proveitosos contatos com altas autoridades, Ministros de Estado e até com S. Ex\* o Presidente da República, na defesa dos legítimos interesses dos aposentados e pensionistas do Brasil.

Gracas à sua insistente e decisiva interferência, o Governo Federal — especialmente o Ministério da Assistência e Previdência Social — conscientizaram-se da crua realidade dos problemas que afigem os beneficiários do INPS.

O ainda moço dirigente sindical que perdemos, Sr. Presidente, apesar de suas múltiplas atividades diuturnas, encontrava sempre tempo para orientar as associações co-irmãs, na sua eterna preocupação de fortalecer os ideais previdenciários.

Valha assinalar, na presente oportunidade, que o santista, com satisfação e orgulho, herdou dos colonizadores lusos o salutar hábito de preocupar-se preventivamente com o futuro. As associações beneméntes e de benemerência erguem-se em cada esquina de Santos.

João de Moraes Chaves, meu particular e chorado amigo, que o povo santista só evoca nos cargos de Presidente das entidades de classe locais, estaduais e interestaduais, muito cedo se apartou da convivência da multidão de fraternos admiradores, aos quais ele ainda poderia ajudar durante muitos anos.

Mas se Deus assim o quis, se o chamou, é que, por certo, irá confiar a João de Moraes Chaves a presidência de algum órgão importante já no céu.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nosser Almeida.

**O SR. NOSSER ALMEIDA** (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a medida adotada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, impedindo, nos guichês das estações rodoviárias, a alteração criminosa no preço das passagens, alcançou a melhor repercussão junto às correntes de opinião pública.

Lamentavelmente, tornara-se hábito a cobrança — sem qualquer controle — de passagens de ônibus, e essa arbitragem de preços estava a inteiro critério dos vendedores de bilhetes.

Pessoas do povo, já assiduamente extorquidas pelos exploradores impunes, se manifestavam, muitas delas extremamente irritadas com o inescrupuloso processo de taxação.

A providência, em tempo posta em execução pelas autoridades do DNER, ajustou-se plenamente com as justas manifestações de protestos de uma enorme coletividade prejudicada.

Esses infratores, entendendo talvez ser o DNER um setor fletido do serviço público, julgavam-se livres e desimpedidos no âmbito da extorsão, como se não fosse o nosso País uma nação juridicamente organizada.

Impõe-se, sem dúvida, o princípio da autoridade. E os usuários de ônibus interestaduais têm agora a certeza de que os guichês dessas empresas de transporte terrestre não atuarão como agências de dilapidação de dinheiro alheio.

O essencial, por seu turno, é que as autoridades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem exerçam ativa fiscalização em todo o País, salvaguardando a economia do povo, evitando, destarte, a violação das normas proibitivas já estabelecidas.

Na verdade, não apenas em Brasília, mas em outras metrópoles, e mesmo em cidades médias ou menores, essa prática desonesta vinha ocorrendo, tranquilamente.

Era um bando de adversários da lei, congregados habilmente com o fim de impor prejuízos à bolsa popular.

Devo congratular-me com as esferas de decisão do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem pelo equilíbrio e severidade da iniciativa.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vasco Amaro.

**O SR. VASCO AMARO (ARENA — RS)** — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nosso objetivo nesta tribuna, hoje, é registrar o entusiasmo com que foi recebido no Rio Grande do Sul o nosso eminente Presidente, General Ernesto Geisel.

Tivemos a honra de integrar a comitiva de S. Ex<sup>e</sup> e ficamos impressionados com as manifestações populares que o supremo mandatário recebeu nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e Esteio.

Em Esteio assistimos à inauguração da III EXPOINTER — Terceira Exposição Internacional de Animais. Nada menos do que 13 países estiveram ali representados, entre os quais a Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Dinamarca, Holanda, Canadá, Estados Unidos, Argentina e Uruguai.

Sr. Presidente, a esta altura podemos afirmar que a Exposição de Esteio já sobrepuja, de muito, a consagrada Exposição de Palermo, na Argentina, embora não possamos competir no mesmo índice zootécnico com a Royal Show da Inglaterra. Mas, em organização, já estamos em condições de sobrepujar aquele grande certame, de fama internacional.

O Sr. Presidente da República se fazia acompanhar dos eminentes Ministros Golbery do Couto e Silva, Hugo Abreu, Arnaldo Prietto, Allysson Paulinelli e Severo Gomes; do eminente Senador Daniel Krieger, dos Deputados Alexandre Machado e deste que ocupa esta tribuna.

Lá, ouvimos as palavras do eminente Secretário de Agricultura do meu Estado, o talentoso e culto Getúlio Marcantônio; do ilustre Ministro da Agricultura, nosso amigo Allysson Paulinelli, e do Presidente da FARSUL, o bacharel e ruralista Ibner Silvestre Benvegno, que apresentou as preocupações e reivindicações da classe, destacando sua preocupação de, até hoje, não ter sido solucionado ainda, pelo Governo Federal, o grave problema da CONDEP, daqueles que contraíram empréstimos e que hoje não têm a menor condição de resgatá-los, porque a pecuária não suporta a correção monetária de 33% que, com juros de 7%, perfaz 40%.

Urge que o eminente Presidente Geisel determine ao seu ilustre Ministro da Fazenda, Prof. Mário Henrique Simonsen, que encare este problema de frente, porque esses homens que entraram na CONDEP — os condepianos — acreditaram nas palavras do Governo e, hoje, atravessam uma situação calamitosa.

Deixando este microfone, congratulamo-nos com o Rio Grande do Sul pela extraordinária demonstração de apreço tributada ao nosso Presidente, e que nos dá, eminente Presidente Magalhães Pinto, a certeza de que o Rio Grande do Sul não faltará com o País e em 15 de novembro, sairemos vitoriosos no meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Coelho.

**O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE)** — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, por iniciativa do seu Presidente, Dr. Túlio Brandão de Matos, e após ouvir juristas e empresários do Nordeste, elaborou diversas sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do texto do Projeto de Lei nº 2.559/76, que dispõe sobre a nova disciplina das sociedades anônimas.

Apesar da exigüidade do prazo estabelecido para a tramitação do aludido projeto de lei no Congresso Nacional — exigüidade incompatível com a importância da matéria, sobre a qual seria indispensável exame mais demorado na esfera do Legislativo — queremos trazer ao conhecimento dos Srs. Congressistas o teor daquelas observações, de inegável alcance e procedência.

Em relação ao art. 1º do Projeto, manifesta-se a Federação das Indústria de Pernambuco favoravelmente à manutenção da denominação "sociedades anônimas", já pelo seu consagrado uso no direito comparado, desde o "Code de Commerce" francês de 1.907, já porque a expressão "sociedade por ações" não individualiza a espécie de sociedade que é a S.A., mas refere todo o gênero de sociedades acionárias, inclusive, entre nós, a sociedade com comandita por ações.

No que diz respeito à expressão "preço de emissão", adotada nos arts. 13, 14 e outros, é sugerida sua substituição por "valor de emissão" ou "expressão monetária do valor de emissão", porque preço, segundo o direito brasileiro, deve ser entendido como sendo a contraprestação devida pelo comprador ao vendedor, no contrato nominado e típico da compra e venda.

Sugere o órgão, por outro lado, a supressão dos arts. 34 e 35 e de tudo quanto no projeto se refere às ações escriturais — inovação sem maior relevo para o funcionamento das sociedades anônimas nem para a negociabilidade das ações no mercado de capitais e que deixa a companhia, por dilatado tempo, sem o controle de quem são os seus acionistas, podendo inclusive ensejar fraudes e ocasionar demora ou erro no pagamento dos dividendos.

No que diz respeito ao art. 89, é sugerida a complementação da regra, a fim de evitar possíveis dúvidas, sobretudo em Ofícios de Registros de Imóveis do Interior. Nesse sentido, é observada a conveniência de explicitar que a ata da Assembléia Geral de aprovação definitiva da incorporação, após arquivamento no Registro de Comércio, valerá como título hábil no registro e transferência de propriedade do imóvel ou na constituição de direito real limitado em favor da sociedade.

Quanto ao art. 98, § 3º, sugere-se a mudança de redação, para que fique clara a obrigatoriedade da transcrição, na ata, do laudo de avaliação dos peritos, impedindo que a descrição dos bens fique a cargo apenas do subscritor.

Propõe a FIEP, também, a supressão dos art. 122, parágrafo único, e 138, § 2º, porque a confissão da falência ou o pedido de concordata não devem ficar na dependência da deliberação dos administradores, que podem até ser estranhos ao quadro de acionistas da sociedade, não se apresentando a situação falimentar em prazo tão curto que não permita a convocação da Assembléia Geral. Por outro lado, adotar o Conselho de Administração, justificável em relação às sociedades abertas, deverá ser faculdade e não imposição às sociedades fechadas.

Tendo em vista as controvérsias na doutrina e os inconvenientes que podem decorrer para a sociedade e a coletividade em geral, é sugerido o acréscimo de um parágrafo ao art. 207, com o objetivo de explicitar que, ressalvada a hipótese prevista no inciso II, alínea "b", não será permitida a dissolução pela vontade da minoria, ainda que seja indeterminado o prazo de duração da sociedade.

Propondo a ampliação para 180 dias do prazo de início da vigência da lei, após a sua publicação — em face das inovações constantes do texto e necessidade de adaptação das companhias à nova disciplina — sugere a FIEP, afinal, a inclusão de um artigo que expressamente ressalve a não-revogação das normas específicas da legislação da SUDENE, da SUDAM e da EMBRATUR, na parte em que essa legislação alterou dispositivos da Lei nº 2.627, de 26-9-1940.

Não sendo feita essa ressalva, graves prejuízos poderão decorrer para as companhias que se hajam beneficiado ou venham a se beneficiar com empréstimos resultantes de incentivos fiscais, ao abrigo dessa legislação específica — consoante ressalta a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Deputado Aurélio Campos.

**O SR. AURELIO CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Deputado Daso Coimbra.

**O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ)** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em 19 de agosto próximo passado, a Igreja Evangélica Congregacional viu passar mais uma data que, se reúne importância para este grupo evangélico, se reveste de significado especial para as condições espirituais do País inteiro, pois foi naquele dia, no ano de 1855, que na cidade de Petrópolis os missionários Robert e Sarah Kalley ensinaram pela primeira vez, em língua portuguesa, a Bíblia Sagrada.

Para os crentes congregacionais a data é o marco inicial de sua presença no Brasil. Aquele grupo pequeno, de cinco meninas e dois missionários, resultou no surgimento de todas as Igrejas Evangélicas, especialmente das que se filiam, hoje, à União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, que tem sua sede no Rio de Janeiro, e é atualmente presidida pelo Rev. Prof. Daniel Gonçalves Lima.

Esta União de Igrejas tem presença marcante na história do evangelismo pátrio, estendendo suas raízes aos pontos mais distantes do território nacional. As atenções especiais da direção denominacional, se concentram atualmente na implantação do congregacionalismo em Brasília e em todo o Distrito Federal, trabalho até bem pouco tempo confiado às Igrejas Cristãs Evangélicas, de origem assemelhada, pois são fruto do trabalho de Sarah Kalley e da Missão que criou, quando de seu regresso à Europa, após a morte de Robert Kalley.

E, Sr. Presidente, a Primeira Igreja Evangélica Congregacional de Brasília é a maior realidade deste ano de 1976 do congregacionalismo brasileiro, ao lado dos trabalhos que surgem em outras partes, como em Belém, Capital do Estado do Pará.

Mais que isto, Sr. Presidente, a União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil é hoje um grupo homogêneo, sem dissidências, onde impera o respeito pela vontade da maioria, no melhor sentido democrático. Isto, aliás, caracteriza o regime da Igreja, fato que fortalece a estrutura denominacional, sem gerar diferenças, na igualdade e unidade entre líderes e liderados, dentro do melhor espírito do evangelho.

Sinto-me alegre em registrar nos Anais desta Casa o dia 19 de agosto, data maior do congregacionalismo brasileiro, honrando-me a condição de membro da Primeira Igreja Evangélica Congregacional do Brasil que, por tradição, ainda se identifica pelo nome primitivo de Igreja Evangélica Fluminense.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da Sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 65, de 1976-CN.

É lida a seguinte

**MIENSAGEM Nº 65, de 1976 (CN)**  
(Nº 234/76, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossas Excelências, no prazo estabelecido no artigo 66 da Constituição, o anexo projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977, acompanhado das tabelas explicativas e quadros discriminando a Receita, a Despesa e o Programa de Trabalho de cada órgão ou unidade orçamentária, inclusive das entidades supervisionadas que recebem transferências do Tesouro.

A presente proposta orçamentária é submetida ao Congresso Nacional:

a) sem déficit;

- b) sem aumento de impostos; e
- c) com preservação dos projetos prioritários do II PND.

Isso representa grande esforço de contenção de despesas, em face de ter-se de, no próximo exercício, completar a assimilação do novo nível de dispêndios de pessoal acarretado pela implantação do novo Plano de Classificação de Cargos e pelo maior reajuste ao funcionalismo civil e militar autorizado em 1976.

O Governo considera que essa providência se fazia inadiável, para evitar a excessiva defasagem de níveis de remuneração com referência a outras áreas de trabalho, e para garantir níveis razoáveis de eficiência e adequada motivação no serviço público.

Sem embargo desse fato, os critérios de seletividade de despesas adotados, principalmente na área de outros custos, e a contenção prevista nas admissões de pessoal, permitiram manter a participação da poupança do Tesouro em nível elevado, correspondente a 41% das Receitas Correntes, destinando Cr\$ 94 bilhões às Despesas de Capital.

## AS PRIORIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Foram mantidas as prioridades orçamentárias estabelecidas no II PND e, consequentemente, continuou sendo dada ênfase às Funções:

- Educação e Cultura
- Saúde e Saneamento
- Agricultura
- Desenvolvimento Urbano

Em todos os setores, devido à necessidade de contenção de gastos, adotaram-se critérios de rigorosa seletividade de projetos, para observação dos limites de dispêndios aprovados.

### Educação e Cultura

Na despesa por órgãos, o maior Ministério, em nível de recursos, é o da Educação e Cultura, com Cr\$ 12,2 bilhões (inclusive Reserva de Contingência, estimada em Cr\$ 1,8 bilhão).

Com a Função Educação e Cultura, que além do Ministério da Educação engloba dispêndios educacionais de outros Ministérios, a União deverá realizar gastos no montante de Cr\$ 23,9 bilhões, sendo Cr\$ 18,3 bilhões com recursos do Tesouro, Cr\$ 3,8 bilhões com recursos de Outras Fontes e Cr\$ 1,8 bilhão da Reserva de Contingência.

Comparando os dispêndios previstos para serem realizados com recursos do Tesouro, inclusive da Reserva de Contingência, com os constantes na Lei Orçamentária em execução, o crescimento da Função Educação e Cultura será superior a 65%.

Em relação à provável execução do atual exercício, o aumento previsto no Ministério da Educação é de 54,4%. A participação dos dispêndios em Educação na proposta orçamentária é estimada em 12,5% (excluindo-se, para efeito de comparabilidade com anos anteriores, as seguintes receitas: Imposto Único sobre Minerais, Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, Taxa Rodoviária Única, Imposto sobre Operações Financeiras, PIN, PROTERRA, Cota de Previdência e Sobretarifas do Fundo Nacional de Telecomunicações, bem como as receitas arrecadadas diretamente pelas Entidades da Administração Indireta e Fundações).

### Saúde e Saneamento

A Função Saúde e Saneamento, no próximo Exercício Financeiro, deverá receber recursos do Tesouro,

inclusive da Reserva de Contingência, no montante de Cr\$ 6,7 bilhões, representando um incremento de 57% sobre o previsto em Lei para este ano.

Receberá, ainda, proveniente de Outras Fontes, recursos adicionais correspondentes a Cr\$ 702 milhões, elevando a sua capacidade de gasto para Cr\$ 7,4 bilhões.

A participação do setor na proposta, utilizando-se o mesmo método usado para Educação, é estimada em 4,2%, excluindo os gastos realizados diretamente pelo INPS, estimados em Cr\$ 28 bilhões, no próximo exercício.

#### Agricultura

A Função Agricultura está contemplada no projeto de lei com Cr\$ 7,6 bilhões, aos quais deve ser acrescida a parcela de Cr\$ 440 milhões resultante da sua provável participação na Reserva de Contingência, totalizando pouco mais de Cr\$ 8 bilhões, que comparados com o valor previsto na Lei Orçamentária vigente corresponderá a um crescimento de mais de 48%.

Além disso, para a Função Agricultura deverão ser canalizados recursos de Outras Fontes no montante de Cr\$ 2 bilhões, elevando os gastos do setor para acima de Cr\$ 10 bilhões.

#### Desenvolvimento Urbano

Além dos dispêndios em Saneamento e outros com finalidade específica, a proposta contempla cerca de Cr\$ 7,5 bilhões para Desenvolvimento Urbano, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

#### A RECEITA ESTIMADA

A receita do Tesouro está estimada em aproximadamente Cr\$ 230 bilhões.

A receita não vinculada foi prevista com um crescimento de 30% sobre a reestimada para o corrente Exercício Financeiro, sem considerar modificação na atual estrutura tributária, salvo algumas reduções de alíquotas em alíneas específicas do Imposto sobre Produtos Industrializados e concessão de novos benefícios fiscais.

O aumento total da receita do Tesouro deverá alcançar cerca de 38% (também sobre a reestimativa para 1976).

A Receita Tributária permanecerá como a principal fonte captadora de recursos para a União, representando 90,9% da estimativa constante do projeto de lei, mantendo como seu principal item o Imposto sobre Produtos Industrializados, cuja arrecadação foi prevista em Cr\$ 70 bilhões e representará 30,5% do total a ser arrecadado pelo Tesouro. É seguido pelos Impostos sobre a Renda (23,3%), sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (14,8%) e sobre a Importação (7,0%).

É de se ressaltar a expressiva recuperação da posição relativa do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos que, na Lei Orçamentária vigente, está previsto com uma participação correspondente a 7,9%, fatos decorrentes da política adotada pelo Governo, de contenção das importações e do consumo de derivados do petróleo.

As receitas a serem arrecadadas pelas entidades supervisionadas, que recebem transferências à conta do Tesouro, no próximo exercício, foram previstas com uma participação percentual, em relação à receita global, de apenas 20%, e serão incorporadas aos orçamentos próprios daquelas entidades na medida em que forem concretizadas.

Na forma do § 1º do artigo 62 da Constituição, a receita captada diretamente pelos órgãos da administração indireta, bem como a sua aplicação, foi incluída no projeto de lei em dotações globais, as quais serão discriminadas em seus orçamentos próprios aprovados em conformidade com a legislação específica.

#### A PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

Sem déficit para o Tesouro foi possível absorver os efeitos da implantação do Plano de Classificação de Cargos e assegurar a continuidade da execução dos projetos prioritários, estabelecidos no II PND e em atos posteriores, abolindo-se, no entanto, a inclusão de novos, salvo nos casos de comprovada necessidade.

A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais foi estimada em Cr\$ 56,5 bilhões, com um aumento de 6,4% sobre a que provavelmente será realizada este ano, correspondendo às correções salariais dos meses de janeiro e fevereiro e pequeno aumento vegetativo decorrente de concessões de gratificações adicionais por tempo de serviço e promoções.

Adicionando-se a contribuição para o PASEP elevar-se-á tal dispêndio para Cr\$ 58,7 bilhões, sem que se considerem os efeitos de futuro reajuste salarial, a ser coberto com a Reserva de Contingência, estabelecida em Cr\$ 14,0 bilhões.

As Transferências a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de determinações constitucionais, no próximo Exercício Financeiro, elevar-se-ão a Cr\$ 43,2 bilhões. Esta importância corresponde à distribuição dos Fundos de Participação dos Estados, dos Municípios, Especial e das cotas-partes dos impostos únicos.

Além dessas, o projeto de lei prevê os auxílios concedidos pela União ao Distrito Federal e aos Estados do Rio de Janeiro e Acre e a compensação aos Estados pela isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias sobre Produtos Específicos, cobertos com recursos ordinários do Tesouro, no montante de aproximadamente Cr\$ 3 bilhões, e distribuição da cota-partes federal do Salário-Educação, na importância de Cr\$ 1,7 bilhão, elevando o volume de transferências para Cr\$ 47,9 bilhões, o que corresponde a quase 21% dos recursos do Tesouro e a um crescimento de 90% sobre o volume de transferências previstos na Lei Orçamentária vigente.

Ao submeter a Vossas Excelências a presente proposta orçamentária, valho-me do ensejo para renovar as manifestações do meu mais elevado apreço.

Brasília, 31 de agosto de 1976. — Ernesto Geisel.

#### (\*) PROJETO DE LEI Nº 11, DE 1976-CN

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — De acordo com o disposto no art. 90 do Regimento Comum, a matéria que acaba de ser lida deverá ser examinada e receber parecer da Comissão Mista de Orçamento, designada por esta Presidência na Sessão do Congresso Nacional de 15 de junho próximo passado.

Os Srs. Parlamentares poderão oferecer emendas perante a Comissão, no prazo de 20 dias, a contar da distribuição dos avulsos.

Publicado o parecer da Comissão Mista, distribuídos os seus avulsos, esta Presidência, esgotado o prazo de 5 dias previsto no art. 97 do Regimento Comum, convocará Sessão conjunta para apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Nada mais haverá de que tratar, encerro a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 11 horas e 50 minutos.)

(\*) Será publicado em suplemento à presente edição.

**ATA DA 157<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1976**  
**2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 8<sup>a</sup> Legislatura**  
**PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO**

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jânio Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

*E OS SRS. DEPUTADOS:*

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temistocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Jânio Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses

Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadêlha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Thódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio

Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francisco Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guacu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kúnigo — MDB.

#### Goiás

Adilmar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

#### Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

#### Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga

Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhof — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

#### Amapá

Antônio Pontes — MDB.

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 356 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nossaer Almeida.

**O SR. NOSSER ALMEIDA** (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Presidente do Banco Nacional da Habitação, Sr. Maurício Schulmann, vem desenvolvendo uma louvável linha de atuação, ampliando a faixa da casa própria no País.

Cumprindo orientação do eminente Presidente Ernesto Geisel e do abnegado Ministro do Interior, Sr. Rangel Reis, o titular do BNH cumpre pontos programáticos vitais em favor da coletividade brasileira, notadamente de áreas demográficas de renda mais modesta.

Esta é a oportunidade para que seja destacada a ação do Dr. Maurício Schulmann, porque a sua mais alta preocupação tem sido a de atender a imperativos de ordem social.

Sem dúvida alguma, a moradia no Brasil foi, até que se desflagrasse a Revolução de 1964, uma enfermidade crônica, criando, no Brasil, um diagnóstico inquietante para tantos quantos se preocupam com os problemas do povo.

Porque — toda a Nação sabe — o direito de possuir uma casa neste País constitui um privilégio político. E só através de recursos inescrupulosos e subalternos, poder-se-ia adquirir um teto próprio.

Estou certo de que o Presidente Maurício Schulmann desdobrará a sua linha administrativa, criando condições de aquisição de casa própria para todos os patrícios ainda sem acesso a este direito, beneficiando principalmente aqueles que percebem salário menor.

E acho oportuno neste instante para que o atuante Presidente do BNH, analisados os índices de déficit habitacional, que o BNH determine medidas que visem à ativação da construção e distribuição da casa própria para setores da população acreana de renda "per capita" mais modesta.

Não ponho dúvida quanto à visão nacional de que é dotado o Presidente Maurício Schulmann.

O meu pensamento é o mesmo manifestado por brasileiros de todas as regiões e que vêm acompanhando a dinâmica agenda de atividades do titular do Banco da Habitação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Athié Coury.

**O SR. ATHIÉ COURY** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realiza-se, no próximo ano, uma reforma territorial, administrativa e judiciária no Estado de São Paulo. Esta é a oportunidade para que se atendam às reivindicações de vários Municípios, cujo desenvolvimento urbano e crescimento populacional — que resultam, sempre, na multiplicação dos serviços forenses, com a ameaça daquela estagnação resultante na lentidão da máquina judicial — exige a instalação de uma Comarca ou a sua reclassificação.

Este é o caso de Peruíbe, na Baixada Santista, próxima ao litoral, transformada num centro de atração das várias praças comerciais vizinhas, além de ponto de turismo, dos mais procurados na área litorânea bandeirante, lugar de eleição para quantos, em sua apontadoria, desejam domicílio ideal, livre da poluição e dos exageros urbanísticos, para fruir, tranquilamente, o resto da existência.

De tudo isso resulta a ampliação das relações jurídicas, o aumento crescente do movimento forense, levados todos os processos e feitos de qualquer natureza à Comarca da Itanhaém, cujo magistrado pleiteia sua elevação à terceira entrância, para dispor de um auxiliar na tarefa judicante.

A solução, porém, estaria na criação da Comarca de Peruíbe, que atenderia a Itariri, Ana Dias e bairros vizinhos, com fácil acesso ao foro local, para acerto das suas pretensões trabalhistas, demandas civis, causas comerciais, criminais, sucessórias e fiscais, que assoberbam, atualmente, a Comarca de Itanhaém.

Peruíbe dispõe de cerca de 3.500 eleitores, mais de doze mil habitantes, um afluxo de turista de vinte a cinqüenta mil pessoas anualmente, prevista sua receita tributária em vinte milhões de cruzeiros neste exercício, com quatro advogados militantes residindo na cidade.

Dista da Comarca de Itanhaém cerca de trinta quilômetros e, com a extinção da Comarca de Itariri, se erigida a Comarca, Peruíbe, abrangendo essa extinta, teria movimento forense não inferior àquela, a que hoje se subordina, como termo.

O Município de Peruíbe, elevado a estância balneária em 1974, é um centro turístico e comercial em ascensão e, beneficiada com a abertura da Via dos Imigrantes, dispondo de mais de mil telefones em breve, logo obterá a instalação de um sistema de DDD.

Cremos, ponderadas essas razões, que o Tribunal de Justiça de São Paulo levará ao Governador o pleito de Peruíbe, em prol da dinamização da Justiça no progressista Município e para melhor atendimento às comunidades vizinhas. Este o nosso apelo, cujo atendimento só beneficiará o Judiciário paulista, cada vez mais eficiente no exercício do seu importante Ministério.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coelho

**O SR. FERNANDO COELHO** (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os Técnicos em Contabilidade do serviço público federal, lotados nos Ministérios da Fazenda e da Guerra, SUDENE, INCRA, IPASE, INPS e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no Estado de Pernambuco, vêm de encaminhar Memorial ao Diretor-Geral do DASP, denunciando a injustiça da classificação estabelecida para a classe pelo Decreto-Lei nº 1.445, de 13-2-76, e pleiteando venha a ser corrigida a distorção de que foram vítimas.

Pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, os Técnicos em Contabilidade ocupavam o Grupo P-700, níveis 13-A e 15-B, e os Contadores, com diferença de apenas uma referência vertical, os níveis 17-A e 18-B.

Posteriormente, pela Lei nº 4.345, de 26-6-64, os Contadores passaram aos níveis 20, 21 e 22, enquanto os Técnicos em Contabilidade permaneceram nos níveis 13-A e 15-B, embora tivessem atribuições semelhantes. Essa lei estabeleceu insuportável desigualdade, gerando flagrante desestímulo e sendo, inclusive, a responsável pela evasão, dos quadros de pessoal da União, de inúmeros Técnicos em Contabilidade, atraídos pelo mercado de trabalho privado. Desde a sua vigência é que se verifica o atual desinteresse pelo ingresso de servidores desta carreira do serviço público federal.

Atualmente, cerca de 400 são os Contadores enquadrados que podem conferir, analisar e auditar peças de contabilidade, serviços que são executados pelos Técnicos em Contabilidade e demais contadores não investidos nas funções de Auditores.

Como bem ressaltaram os Técnicos em Contabilidade, no Memorial a que nos referimos,

"até nos concursos públicos, para as séries de classes de Técnico em Contabilidade e Contador, há semelhança nos quesitos exigidos para as provas eliminatórias de Contabilidade Geral e Contabilidade Pública.

Na proporção atual que é 15 a 20 Técnicos em Contabilidade para um Contador, determina-se o cumprimento da antiquada legislação e se fecharão escritórios de contabilidade; as empresas ruirão nas suas organizações técnicas e econômicas e o Serviço Público sofrerá danoso entrave operacional, atingindo a parte burocrática dos serviços e o próprio "encaixe", pela falta de quem exerce o controle para a emissão de guias de recolhimento dos impostos e outras obrigações legais.

De conformidade com as atribuições regimentais, fixadas pelo Decreto-Lei nº 64.136, de 25-3-69, implementado pela Portaria GB nº 69, de 28 seguinte, na Inspetoria-Seccional de Finanças não há qualquer distinção, para execução dos serviços, entre Técnicos em Contabilidade e os Contadores, a não ser o fato de que os técnicos em contabilidade são mais exigidos, mais operosos, porque são mais interessados e mais eficientes."

Por todas essas razões é que, invocando o princípio constitucional da isonomia, pleiteiam os Técnicos em Contabilidade sejam classificados na referência imediatamente anterior à dos Contadores, com as mesmas vantagens e direito à percepção das gratificações especiais concedidas ao nível superior da classe de Contador, pelo Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, porque a sua profissão é igual, visando a mesma finalidade na Contabilidade Pública.

Trazendo ao conhecimento do Congresso Nacional o pleito dos Técnicos em Contabilidade do serviço público federal, transmitemos o nosso apelo ao Executivo, para que corrija as distorções verificadas na classificação dessa classe, reparando uma injustiça e atendendo a um interesse que é menos desses funcionários que do próprio serviço público federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

**O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, creio que nunca uma edição da revista *Manchete* tenha assumido tanta importância e se esgotado em tão pouco tempo, como esta última, com a cobertura completa do *Adeus a JK*, que aparece na capa, num poster histórico.

Não se diga, Sr. Presidente, que, por parte de Adolpho Bloch, o grande capitão da Bloch Editores S.A., houve maior interesse comercial no lançamento desta edição, cujos exemplares foram vendidos aqui em Brasília inclusive no chamado *Câmbio Negro*.

Acima disto há de se fazer justiça às ligações fraternas e invioláveis entre os dois amigos de muitos anos, Juscelino e Bloch, confirmadas nos últimos tempos, quando ocupavam quase um mesmo espaço, no trabalho diário, na ânsia de fazer sempre alguma coisa mais em favor do progresso do País, nos setores específicos de suas atuações, na vida profissional e privada.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer constar dos Anais desta Casa minha apreciação e respeito pelo excelente trabalho de reportagem apresentado por *Manchete*, no *Adeus a JK*, onde, acima da arte fotográfica e da estrutura quase chocante e poética dos textos, podíamos todos deparar o derramento de um coração sofrido, partido pela surpresa e pela dor, o de Adolfo Bloch, que simbolizou, ao lado dos sentimentos intensos da amargura dos familiares, os lamentos de todo um povo, ante a perda de um dos mais ilustres brasileiros.

A edição nº 1.272, do ano 21, de 4 de setembro de 1976, da revista *Manchete* transforma-se em livro histórico, página de consultas, relíquia que se deve guardar, pois traz consigo os momentos finais da presença do fundador de Brasília, nas ruas da cidade que viu — mesmo antes que existisse — e onde repousa, até quando "novos céus e nova terra" se formarem, segundo as promessas bíblicas.

Se a revista *Manchete* nada acrescentou, nesta edição especial, à história de Juscelino Kubitschek, ela se fez testemunha de um simbólico momento no conceito humano da existência do homem, mas que se fez princípio de uma existência, para os que sabem distinguir, no tempo e no espaço, o valor de um homem.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Haddad.

**O SR. JOSÉ HADDAD (ARENA — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro acaba de iniciar, no Grande Rio, mais uma campanha de vacinação contra a meningite, buscando imunizar crianças de seis meses até a idade de seis anos.

Aliás, Sr. Presidente, esta é apenas mais uma etapa de um serviço que se vem repetindo em nosso País, sob orientação direta do Ministério da Saúde, visando a erradicar determinadas moléstias e prevenir contra outras, entre as quais a meningite, que, ano após ano, vem diminuindo seus índices na estatística de Medicina Preventiva.

O nosso País deu um exemplo ao mundo inteiro de sua técnica e eficiência, no setor da Medicina Preventiva, quando, em menos de um ano, todo o território nacional foi visitado por vacinadores contra a meningite, campanha que contou com a participação efetiva de todas as classes sociais, dos Governos estaduais e municipais, clubes de serviços, igrejas, agremiações esportivas e sociais, numa verdadeira cruzada cívica, de prevenção contra a enfermidade que se fez o temor da população inteira.

Mais recentemente o Ministério da Saúde levou sua técnica ao País vizinho e amigo, a República do Uruguai, deslocando para o território uruguaio uma equipe de médicos, enfermeiros e vacinadores, milhares de doses de vacinas e "pistolas" de vacinação, visando a imunizar a população vizinha dos males e perigos da meningite.

A Organização Mundial de Saúde também demonstrou grande interesse pela campanha realizada por nós, brasileiros, comandada pelo Ministro da Saúde.

Agora, no Rio de Janeiro, o Grande Rio retorna ao esforço de prevenir contra a meningite.

Não mais para atender a todos, de qualquer faixa etária, pois é de se entender que a população adulta já foi atendida na primeira fase da Campanha. Quer a Secretaria de Saúde vacinar crianças até seis anos de idade, começando este trabalho pelas regiões administrativas do Município do Rio de Janeiro, para, em seguida e concomitantemente, realizar o mesmo em Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Magé, Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba, Petrópolis, Itaboraí, São Gonçalo, Maricá, Niterói, Paracambi, isto é, em toda a região metropolitana.

Pretende o Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro em 23 dias aplicar um milhão e duzentas mil doses de vacinas contra meningite, tendo início neste 1º de setembro esta extraordinária ação preventiva, à qual não poderá faltar o apoio do povo e das comunidades organizadas.

Registro, Sr. Presidente, o meu entusiasmo pessoal pela iniciativa do Secretário de Saúde do meu Estado, imunizando contra a meningite todas as crianças do Grande Rio e levo a S. Ex<sup>a</sup> o meu apelo no sentido de levar a mesma preocupação aos demais municípios fluminenses, carentes de melhor assistência, quer pelas distâncias onde se situam, quer pelas condições financeiras de suas administrações, dependentes, em muito, do auxílio do Governo do Estado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro.

**O SR. NINA RIBEIRO (ARENA — RJ.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, transcorre hoje a Data Nacional da Líbia, e gostaria, neste ensejo, de dirigir meus cumprimentos ao eminente Embaixador Ali Sunni Muntasser pela efeméride.

Com uma população de quase 3 milhões de habitantes no Norte da África, estendendo-se por cidades apreciáveis em tradição e cultura como Trípoli, Bengasi, Závia, tem-se notabilizado o povo líbio pela conquista, nos dias atuais, de novas fronteiras, no seu apelo pelo desenvolvimento.

Tenho em mãos um livro admirável — *My President, My Son* — em que muitos aspectos dessa personalidade fascinante são relatados ao lado da história desse bravo povo. E me lembro bem de que, quando tivemos o eminente Chanceler Magalhães Pinto na direção dos trabalhos da nossa política externa, coube ao nosso País estender um abraço fraterno aos países irmãos que lutam contra a bárbaria do subdesenvolvimento. Foi uma sábia política inaugurada em boa hora na rudeza dos tempos históricos. Sob a lúcida orientação do grande Chanceler Magalhães Pinto, vencemos aquela visão canhestra, aquela visão acanhada de configurar a nossa política externa apenas pelo aspecto bipolar. Ora, não nascemos para uma política exclusivamente bipolar, sobretudo porque o destino do Brasil está muito além e acima da configuração de uma satelização de nações, que seria mesmo impossível, quer em relação a Moscou, quer em relação a Washington. Temos um outro destino a buscar novos horizontes e, sobretudo, a estender a nossa amizade, a nossa compreensão, o nosso amor, em função da humanidade mesmo, sobretudo com relação àqueles povos que lutam, como nós outros, para vencer a barreira do subdesenvolvimento.

De modo que, nesta ocasião em que homenageamos o Dia Nacional da Líbia, revigoramos a nossa crença na nossa política externa, que foi — nunca será demais lembrar — inaugurada nessa nova fase com a brilhante cultura e a iniciativa imorredoura do nosso grande Chanceler, possivelmente o maior que tivemos, o eminente homem público que se chama Magalhães Pinto.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, da muito leal e pro-

gressista cidade de Formoso, recebo carta, na qual minha amiga e eleitora, Dirce Machado Silva, faz uma ampla exposição a respeito dos serviços de transportes, ônibus principalmente, que ligam aquela cidade a diversas outras da região, demonstrando a deficiência com que age determinada empresa.

Leio essa carta, Sr. Presidente, para constar dos nossos Anais, dando assim conhecimento às autoridades, principalmente àquelas do setor do Estado de Goiás, e ao DNER também, que providências devem ser efetivamente adotadas, a fim de que seja sanada a falha, punida a empresa responsável e estabelecido um serviço de transportes à altura do desenvolvimento daquele Município e da região de sua área de influência.

Diz o seguinte:

"Formoso, 25 de agosto de 1976

Ilmº Sr.

Deputado Federal Siqueira Campos

Minhas respeitosas saudações

Como eleitora e admiradora de vossa valorosa luta em defesa do norte goiano, dirijo-me a V. Exº para levar ao vosso conhecimento os abusos que a empresa Rápido Araguaia vem cometendo contra nossa região. Os ônibus que saem às 22 horas de Goiânia com destino a Minaçu e Palmeirópolis são carros velhos, danificados, só servem para o ferro velho.

Os motoristas, na maioria, são uns irresponsáveis; viajam em alta velocidade, soltam na "banguela" que dá vibração. De Stº Terezinha a Minaçu e Palmeirópolis — estrada ruim, tortuosa e montanhosa — lotam o carro; o corredor fica "durinho" de passageiros em pé; o cobrador diz o tradicional "Dê um passinho atrás, ainda cabe mais gente" e assim vão rodando.

São inúmeros os acidentes. Cito, dentre eles, o da madrugada do dia 5-1-76, ônibus das 22 h, de Goiânia a Minaçu, no trecho entre o trevo de Nerópolis e Jaraguá. O ônibus passou por cima de um "Corcel" de São Francisco, matou os quatro ocupantes e caiu na contra-mão, no aterro uns 15 m de altura, machucou todos os passageiros, no qual eu estava também. A empresa forrou o nome do carro de preto e escreveu "TURISMO", a imprensa nada notificou. Por quê? Dia 7-8-76, um ônibus placa AL-1856-Goiânia, Rápido Araguaia, nº 555, horário 22 h Goiânia e 6 h em Stº Terezinha, com destino a Minaçu, tombou próximo à ponte Formoso; estava em alta velocidade; era o primeiro dia do motorista na linha; os passageiros reclamavam, ele sorria; um buraco na pista, freada brusca, estourou a mola mestra dianteira esquerda; um saldo de 24 gravemente feridos com a tombada. Dia 23-8-76, ônibus de Minaçu a Stº Terezinha, nº 526 voltou da serra; o motorista jogou no barranco; se decessse no despenhadeiro, nada sobrava. O carro, para subir, foi vazio, e levou hora. Geralmente os carros viajam sem freio.

Esta é a nossa situação; não podemos viajar tranquilos; os ônibus parecem carro fúnebre.

Nossa única esperança é em V. Exº, esperamos ouvir vossa valorosa voz em nosso auxílio.

Muito respeitosamente, agradeço vossa atenção.

Despeço-me humildemente — Dirce Machado Silva."

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloísio Santos.

**O SR. ALOÍSIO SANTOS** (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vem de longa data a tradição da festa do Economista do Ano, onde, em nível nacional, todos os profissionais brasileiros daquela especialidade escolhem o companheiro que, ocupante ou não de cargo público, mais se haja destacado por seus serviços prestados à coletividade ou ao País e lhe outorgam a lâurea consagradora.

Promovido pela TV-Gazeta e pelo Banco do Estado do Espírito Santo, o conclave tem por objetivo mostrar as perspectivas que se abrem para o mercado capixaba, transformando os anúncios impressos, até então produzidos em Vitória, por anúncios eletrônicos pela televisão. É o marketing revolucionando os arcaicos sistemas até então em prática. Essa possibilidade, segundo técnicos da área, virá contribuir para um significativo aumento no volume de vendas do mercado publicitário. Tanto é fato que o departamento comercial da TV-Gazeta, antes mesmo da nova emissora entrar no ar, o que deve acontecer no mês de setembro próximo, já está às voltas com a falta de espaço para atender à demanda dos anunciantes.

O acontecimento do Seminário Marketing em Televisão está relacionado com a inauguração da TV-Gazeta, pois os conhecimentos de técnicas modernas, nesta primeira etapa em que procuramos o impulso progressista que venha colocar-nos em igualdade de condições com os centros mais avançados, são imprescindíveis para os meios de comunicação capixaba.

A TV-Gazeta vai entrar no ar em convênio com a TV-Globo, elevando o padrão de qualidade da imagem ao telespectador de nosso Estado, com uma programação já de conhecimento do País todo. É importante destacarmos o que se está sucedendo, pois novos horizontes se abrem para o Espírito Santo, não só no que diz respeito à área da telecomunicação, mas também no que representa para o aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada local, que está sendo preparada para dar cabal desempenho ao manejoamento da nova emissora. Os investimentos aplicados já superam a casa dos 17 milhões de cruzeiros, e a potência transmissora deverá atingir 100 quilômetros em linha reta. Os municípios mais ao norte e mais ao sul do Estado serão atingidos através de torres repetidoras instaladas em Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, segundo negociações que estão sendo realizadas nesse sentido.

Na abertura do encontro, ouviu-se palestra do publicitário Mauro Sales que discorreu sobre o tema "Os Mercados Regionais e a Integração Nacional". Destacamos deste brilhante homem de propaganda os trechos:

"O que se ouve hoje em dia neste Estado é que uma das menores Unidades da Federação está procurando afirmar-se através do desenvolvimento de suas potencialidades, dentre as quais se destacam o corredor de exportação, o rápido desenvolvimento industrial e a adoção de uma agricultura racionalizada, que busca também o mercado externo."

"A comunicação é a maior força estimuladora do mercado consumidor interno de qualquer país, sendo inegável a importância da televisão, rádio e imprensa escrita na informação da população. ~~O povo~~, como já foi constatado nos maiores centros do mundo, de meios de informações locais, seja rádio, jornal ou televisão, que lhe forneça aquelas notícias que fazem parte do seu dia-a-dia."

Acreditamos não ser necessário dizer mais nada.

Parabéns à nova TV-Gazeta e ao Banco do Estado do Espírito Santo pela iniciativa, que virá beneficiar o nosso Estado e o nosso povo.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Bevilacqua.

**O SR. JOAQUIM BEVILACQUA** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vem de longa data a tradição da festa do Economista do Ano, onde, em nível nacional, todos os profissionais brasileiros daquela especialidade escolhem o companheiro que, ocupante ou não de cargo público, mais se haja destacado por seus serviços prestados à coletividade ou ao País e lhe outorgam a lâurea consagradora.

Alguns dos mais eminentes especialistas brasileiros no campo da Economia figuraram na já longa lista dos agraciados. Nunca, em

nenhum tempo, deixou de ser a escolha feita por unanimidade; jamais uma dúvida pairou sobre os reais méritos do nome escolhido!

A escolha do novo Economista do Ano recaiu na pessoa do Prof. Nélson Gomes Teixeira, atual Secretário da Fazenda do meu Estado, e, sem dúvida, uma das mais brilhantes figuras da moderna geração de economistas brasileiros.

Exercendo eu, por delegação dos meus iguais, a Presidência do Conselho da Bancada Paulista no Congresso Nacional, e nesta qualidade, certo me cumpre o dever — que cumpro com prazer — de registrar o acontecimento, pois se a escolha havida honra aquele que foi consagrado por seus pares, honra, e muito, também o Estado de São Paulo.

O Prof. Nélson Gomes Teixeira se situa, no quadro dos economistas brasileiros, numa posição invulgar. Sua bagagem cultural, alicerçada e distendida em cursos de formação superior, de pós-graduação, de mestrado e de doutoramento, não pede meças ao exercício continuado e brilhante de múltiplas atividades profissionais nem ao diário cumprimento de exercícios técnicos.

No serviço público ou na atividade particular, na cátedra ou na tribuna das conferências, nos livros ou nos artigos para publicações técnicas, a presença atuante e valiosa do Prof. Nélson Gomes Teixeira só faz reafirmar todos os méritos que são o seu enorme patrimônio moral e cultural e cuja consagração maior ocorre agora com a sua eleição unânime para receber o galardão de o Economista do Ano.

Ainda ecoam por todos os pontos do território pátrio as luminosas lições e as críticas serenas, mas irrespondíveis, com que o atual Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo alicerça a sua luta contra a excessiva tributação fiscal, cuja centralização brutal tende e só pode levar à eliminação da Federação.

Sem dúvida alguma, os economistas brasileiros foram felicíssimos na escolha do nome do Prof. Nélson Gomes Teixeira como o daquele especialista cujos méritos e cujos serviços em prol do interesse coletivo mais se destacaram no último período.

E, falando por toda a bancada de São Paulo no Congresso Nacional, reafirmo a alegria com que todos nós, seus conterrâneos e seus admiradores, indiferentes a divergências partidárias, recebemos

a consagração do seu nome, convencidos de que novos e mais valiosos serviços ainda prestará a São Paulo e ao Brasil o ilustrado mestre Nélson Gomes Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações.

Nos termos do § 3º do art. 47 da Constituição, foi encaminhada à Presidência a Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 1976.

Com vistas à leitura da matéria e demais providências necessárias à sua tramitação, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 78, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 1.473, de 13 de julho de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final nos termos regimentais, vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães into) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 40 minutos.)

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES  
SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO  
RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1976**

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 1976, que altera a redação dos Arts. 96 e 144, § 4º, da Constituição Federal, dispondo, respectivamente, sobre vencimentos do Ministério Público dos Estados e dos Desembargadores dos Tribunais Estaduais.	Pres. Sen. Nelson Carneiro V. Pres. Sen. Otto Lehmann Rel. Dep. Darcilio Ayres	até 7-8-76	Relatada em 11-8-76 Parecer contrário Aprovado
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 1976, que altera a redação do § 5º do art. 70 da Constituição Federal.	Pres. Sen. Dirceu Cardoso V. Pres. Dep. Nossa Almeida Rel. Sen. Ruy Santos	até 13-8-76	Relatada em 10-8-76 Parecer contrário Aprovado
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19 e 21, de 1976, que dá nova redação ao Art. 15, § 3º, alínea F, e altera a redação do § 1º do Art. 177 da Constituição Federal; estabelece a obrigatoriedade da aplicação anual, pela União, de nunca menos de doze por cento, e pelos Estados, DF e Municípios, de, no mínimo, 24% da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Pres. Dep. Mário Frota V. Pres. Sen. Henrique Da La Roc que Rel. Dep. Flexa Ribeiro	até 17-8-76	Relatada em 11-8-76 Parecer contrário à de nº 19 e favorável à de nº 21 Aprovado
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 1976, que modifica a redação do Art. 15, § 1º, alínea "a" da Constituição Federal.	Pres. Sen. Mauro Benevides V. Pres. Sen. Mendes Canale Rel. Dep. Hélio Campos	até 22-8-76	Relatada em 12-8-76 Parecer contrário Aprovado
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, de 1976, que altera a redação do § 6º do Art. 72, da Constituição Federal.	Pres. Dep. Lidovino Pantan V. Pres. Dep. Januário Feltoza Rel. Sen. Italívio Coelho	até 27-8-76	Relatada em 18-8-76 Parecer contrário Aprovado
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23 e 25, de 1976, que acrescenta dispositivo ao Título V - Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Pres. Dep. Fernando Coelho V. Pres. Sen. Augusto Franco Rel. Dep. Daso Coimbra	até 29-8-76	Instalada em 4-8-76 Relatada em 17-8-76 Parecer contrário Aprovado

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 1976, que altera os itens I e II do Art. 26 da Constituição Federal.	Pres. Sen. Evandro Carreiro V. Pres. Sen. Renato França Rel. Dep. Antônio Gomes	até 7-9-76	Instalada em 10-8-76
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26 e 27, de 1976, que institui a Assembleia do Distrito Federal e altera a redação do § 1º do Art. 17 da Constituição Federal.	Pres. Sen. Lázaro Barbosa V. Pres. Sen. Renato França Rel. Dep. João Clímaco	até 28-9-76	Instalada em 31-8-76
MENSAGEM Nº 55, de 1976, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.470, de 4-6-76, que estabelece condição para emissão ou prorrogação de passaporte comum, concessão de visto policial de saída e dá outras providências.	Pres. Dep. Pedro Faria V. Pres. Sen. Virgílio Vora Rel. Dep. Claudino Sales	até 4-8-76	Prazo prorrogado Parecer favorável Relatada em 12-8-76 Aprovado
MENSAGEM Nº 56, de 1976, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.471, de 15-6-76, que estende a financiamentos do BNDE a bancos de investimentos privados o sistema de incentivo fiscal previsto no Decreto-lei nº 1452, de 30-3-76	Pres. Dep. Cotta Barbosa V. Pres. Sen. Helvídio Nunes Rel. Dep. Moacyr Dalla	até 19-8-76	Parecer favorável Relatada em 12-8-76 Aprovado
MENSAGEM Nº 58, de 1976, que dá nova redação ao § 4º do Art. 2º do Decreto-lei nº 1.457, de 14-4-76, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.	Pres. Sen. Mário Benevides V. Pres. Dep. Antônio Gomes Rel. Sen. Heitor Dias	até 23-8-76	Parecer favorável Relatada em 18-8-76 Aprovado
MENSAGEM Nº 59, de 1976, submetendo à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.473, de 13-7-76, que altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1-4-71.	Pres. Sen. Adalberto Sena V. Pres. Sen. José Lindo Torres Rel. Dep. Vicente Vuolo	até 24-8-76	Parecer favorável Relatada em 18-8-76 Aprovado
PROJETO DE LEI Nº 8, de 1976-CN, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, e dá outras providências.	Pres. Dep. Athié Coury V. Pres. Sen. Vasabim Rel. Dep. Ibrahim Abi-Acké	até 20-8-76	Prazo prorrogado Relatada em 10-8-76 Parecer favorável, aprovando as Emendas nºs 1, 3, 25, 40, 60, 61, 62, em parte, e 27, 28, 30, 34, 53
PROJETO DE LEI Nº 10, de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os instrumentos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências.	Pres. Dep. Pedro Lucena V. Pres. Dep. Inocêncio Oliveira Rel. Sen. Cattete Pinheiro	até 25-8-76	Relatada em 24-8-76 Parecer favorável, com 7 emendas do Relator Aprovado
MENSAGEM Nº 61, de 1976, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.474, de 5-8-76, que altera a redação do Art. 2º do Decreto-lei nº 1.453, de 6-4-76, e dá outras providências.	Pres. Dep. José Mandelli V. Pres. Dep. Ubaldo Barém Rel. Sen. Saldanha Derzi	até 13-9-76	Instalada em 27-8-76

## SÍNTESE DOS TRABALHOS

COMISSÕES INSTALADAS .....	4
REUNIÕES REALIZADAS .....	16
MEMBROS DAS COMISSÕES .....	220
PARECERES PROFERIDOS .....	12
AVISOS ENCAMINHADOS AOS SRS. MEMBROS DAS COMISSÕES .....	352
ATAS PUBLICADAS .....	15
EMENDAS RECEBIDAS .....	82

Senado Federal, em 1º de setembro de 1976

RUTH DE SOUZA CASTRO

- Chefe de Serviço -

# **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

**Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.**

**Notas explicativas.**

**Legislação correlata.**

**616 páginas**

**Edição: agosto de 1974**

**PREÇO: Cr\$ 35,00**

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à**

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

**Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do**

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**

**ou pelo sistema de Reembolso Postal**

# **TRÂNSITO**

**Legislação atualizada.**

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados**

**Legislação especial e correlata.**

**Ilícitos penais do Trânsito.**

**Resoluções do CONTRAN.**

**Notas — Comparações — Remissões**

**Furto do uso.**

**"Revista de Informação Legislativa" nº 38**

**452 páginas**

**Preço: Cr\$ 25,00**

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**